



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

**ANEXO I do Edital**

**CAPÍTULO I. DO OBJETO**

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de empresa especializada para fornecimento de Dispositivos de Proteção Contra Surtos (DPS).
2. A aquisição desses materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, para aquisição imediata, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

**CAPÍTULO II. DA JUSTIFICATIVA**

Considerando que quase a totalidade dos sistemas utilizados pela Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul são do tipo OnLine, a necessidade em manter equipamentos, computadores e outros eletrônicos ligados por 10 ou 15 minutos, após a falta de energia elétrica, deixou de ser relevante. Ou seja, a compra de nobreaks para proteger equipamentos e impedir o desligamento abrupto não é mais essencial. Porém, a necessidade de proteger ativos de TI contra surtos elétricos ainda é uma questão latente. Nesse aspecto, dispositivos contra surtos do tipo portáteis são opções efetivas e muito mais baratas que nobreaks.

**CAPÍTULO III. DOS MATERIAIS, QUANTIDADES, PREÇOS MÁXIMOS E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E DO SERVIÇO A SER REALIZADO**

1. A descrição dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e valores máximos admitidos pelo TRE/MS estão indicados abaixo.
  - 1.1 Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL	INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES NA DISPUTA SOBRE O VALOR TOTAL
UNIDADE	1200	R\$ 39,20	R\$ 47.040,00	R\$ 20,00

2. Todos os materiais a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados na fase de avaliação e/ou homologação.
3. Em sendo necessária para análise da proposta, o Pregoeiro, orientado pela equipe técnica, **poderá solicitar a apresentação de prospecto com as características técnicas de todos os componentes**, que de forma inequívoca identifiquem e comprovem as configurações cotadas, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes.
4. Poderá, a critério do licitante, ofertar material com características superiores às exigidas, desde que não haja a descaracterização do objeto e respeitado o preço máximo admitido.
5. Não poderá ser ofertada marca/modelo de produto descontinuado ou fora de linha.
6. Reserva-se ao TRE/MS a faculdade de exigir a apresentação de amostra do produto ofertado pela empresa vencedora, de modo a comprovar o atendimento às especificações exigidas.
7. Nos preços ofertados deverão estar inclusas todas as despesas referentes ao fornecimento, inclusive da amostra.

**CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS MATERIAIS**

**Característica Dispositivo de Proteção contra Surtos (DPS) Portátil**

- Tecnologia de proteção: Varistor de Óxido Metálico (MOV)
- Corrente máxima: 10 A
- Tensão nominal de operação: 127/220

- Tensão máxima de operação contínua: 275 Vac
- Nível de proteção: 1 kV
- Conexão de entrada: Plugue 2P + T (padrão brasileiro - ABNT NBR 14136)
- Conexão de saída: Plugue 2P + T (padrão brasileiro - ABNT NBR 14136)
- Sinalização de status de operação através de LED
- Grau de proteção mínimo: IP20
- Temperatura de operação: -10 a 70 °C
- Cor transparente, obrigatoriamente
- Prazo de garantia mínimo de 36 meses
- **Modelo de referência: igual, similar ou superior ao iCLAMPER Pocket 3P - 10A**

#### CAPÍTULO IV - DA ANÁLISE TÉCNICA DAS PROPOSTAS

1. A análise técnica das propostas, **quando necessária**, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos materiais ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.
2. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta a marca e o modelo dos produtos ofertados.
  - 2.1. A licitante poderá indicar, também, sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado.
  - 2.2. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.
  - 2.3. O Pregoeiro poderá fazer questionamentos e/ou solicitar documentos para verificação/comprovação das especificações do produto cotado, conforme descrito no quesito 3 da descrição do item no Capítulo III.
3. O resultado da análise das propostas será informado às licitantes pelo Pregoeiro, através da ferramenta de conversação disponível no sistema COMPRASNET.

#### CAPÍTULO V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS E DAS GARANTIAS

1. A empresa fornecedora deverá entregar os equipamentos na Seção de Almoxarifado e Patrimônio do TRE-MS, sito na Rua Delegado José Alfredo Hardman, 184 - Jardim Veraneio - Parque dos Poderes, na cidade de Campo Grande/MS, de segunda a sexta-feira, das 12:00 h às 18:00.
  - 1.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega e dos materiais.
  - 1.2. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12:00 h às 18:00 h, de segunda a sexta-feira, através do telefone (67) 2107-7209 / (67) 2107-7080.
  - 1.3. **Nos termos do inciso III, art. 3º do Decreto nº 7.174/2010, para os produtos importados será exigido, no momento da entrega, a comprovação de origem dos mesmos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa.**
2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de **30 (trinta) dias**, contados do dia útil subsequente à mensagem eletrônica responsável pelo encaminhamento do contrato/nota de empenho.
  - 2.1. Caso a Nota de Empenho seja encaminhada através de serviço postal, fax ou outro meio disponível, a contagem do prazo se dará através da comprovação do efetivo recebimento do instrumento por parte do licitante.
  - 2.2. Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.
3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega/instalação, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega/instalação.
  - 3.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.
4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.
5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.
6. **O recebimento provisório e definitivo dos materiais:**

- 6.1 O recebimento provisório ficará a cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado do TRE-MS.
- 6.2 O recebimento definitivo ficará a cargo da Seção de Gerencia de Ativos (SGA) do TRE-MS.
7. O recebimento provisório dos materiais será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:
- a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;
  - b) condições da embalagem e/ou do material;
  - c) quantidade entregue;
  - d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.
8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.
- 8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.
9. O **recebimento definitivo** deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da entrega dos materiais, satisfeitas as condições abaixo:
- a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;
  - b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
  - c) realização de testes de funcionamento dos equipamentos;
  - d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.
10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
- 10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 3 a 5 deste Capítulo.
11. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.
12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.
13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.
- 13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprover ao interesse público.
14. O prazo da garantia mínima dos materiais está estabelecido no Capítulo III deste Termo de Referência, contados após o recebimento definitivo dos equipamentos.
- 15. A contratada na ocasião do recebimento definitivo, deverá apresentar documento de garantia do fabricante do equipamento/produto, onde ateste o prazo de garantia, contra quaisquer defeitos de fabricação.**
16. Durante o período de garantia, a contratada, ou assistência técnica autorizada, prestará serviços de assistência técnica ao equipamento, sem nenhum ônus ao TRE/MS

## **CAPÍTULO VI - DA FISCALIZAÇÃO**

1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos ao fornecimento dos equipamentos ficarão a cargo da Equipe de Gestão da Contratação indicada nos estudos preliminares desta contratação e designada para esse fim.
2. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.
3. Caberão à fiscalização as seguintes funções:
- a) acompanhar e fiscalizar a instalação dos equipamentos pela empresa contratada;
  - b) verificar a conformidade do fornecimento e atestar o recebimento definitivo;
  - c) manter registro das ocorrências relacionadas ao fornecimento, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;
  - d) comunicar à contratada as falhas detectadas, através de Ordem de Serviço (O.S.) numerada e, de preferência, em 2 (duas) vias, uma das quais será visada pela(s) empresa(s), só assim produzindo seus efeitos;

- e) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento no fornecimento e/ou aplicação de penalidades previstas;
- f) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
- g) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

## **CAPÍTULO VII - DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA**

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material fornecido, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade e os preços unitário e total
2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

## **CAPÍTULO VIII - DO PAGAMENTO**

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
  - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
  - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$ .

## **CAPÍTULO IX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**Parágrafo Único.** A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.

3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de **0,5%** (meio por cento), sobre o valor total da contratação, por dia de **atraso** superior a 5 dias, na **entrega do material**, contada desde o primeiro dia de atraso até o 30 (trigésimo) dia. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de aplicação de multa, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de rescisão;
- b) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por ocorrência, no caso de **atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) necessário para pagamento**;
- c) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total da contratação, caso a **entrega esteja em desacordo**

**com o contratado**, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;

d) de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de **desatendimento de cláusulas do Termo de Referência ou de ordens da fiscalização**;

e) de **20%** (vinte por cento) do valor total da contratação, se a contratada recusar-se a prestar o serviço sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições estabelecidas, levar o Tribunal ao **cancelamento da contratação**, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

**3.1.** O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

**3.1.1.** A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

**3.1.2.** Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 3.2 e 3.3 abaixo;

**3.2.** Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

**3.3.** Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

**3.4.** Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

**3.5.** A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

**4.** Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não manter a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato

**5.** Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

**5.1.** Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

**5.2.** Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

**6.** Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

**7.** As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS / Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 5.

## **CAPÍTULO X - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS**

- 1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
- 3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
- 4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
- 5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

## **CAPÍTULO XI - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposto neste Termo de Referência.
5. O fornecedor fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.
6. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);
7. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;
8. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
  - 8.1 O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso);
9. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

## **CAPÍTULO XII - DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)**

O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de Dispositivo de Proteção Contra Surtos (DPS) para o TRE-MS.

### **a) Motivação da contratação**

Proteção dos equipamentos de informática (computadores, impressoras e ativos de rede) contra surtos na corrente elétrica, evitando danos no hardware.

### **b) Objetivos a serem alcançados:**

- Proteger todos os ativos de TI deste TRE contra surtos elétricos

### **c) Benefícios diretos e indiretos resultantes da contratação:**

- Evitar o prematuro descarte/baixa de ativos de TI em razão de problemas decorrentes de surtos elétricos.

### **d) Alinhamento entre a contratação e o planejamento estratégico:**

Esta aquisição decorre da "necessidade de substituição de equipamentos obsoletos" (art. 12, II, Res. TRE/MS n.º 763)

A aquisição também está alinhada ao objetivo estratégico "promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas", definido no Plano Diretor de TIC (2021-2026).

e) Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI 0003444-89.2022.6.12.8000 (1223199).

### **f) Relação entre a demanda prevista e a ser contratada**

A demanda prevista foi de 575 Nobreak, visando a renovação do parque total de tais equipamentos. Não obstante, ao longo do estudo, mostrou mais vantajosa a aquisição de Dispositivos de Proteção contra Surtos (DPS) Pocket.

Com isso, estimou-se a aquisição de 1200 DPS Pocket, a serem destinados aos equipamentos de TI em geral (computadores, impressoras, switches etc), sendo 1 DPS por equipamento a ser protegido.

Desta forma, a demanda a ser contratada (1200 DPS Pocket) é superior em relação à inicialmente prevista (575 nobreak) porque estes últimos protegem até 2 equipamentos de TI, enquanto cada DPS protege apenas 1 equipamento. Todavia, embora houve aumento na quantidade de itens, houve significativa redução do orçamento estimado para esta aquisição.

Resumo:

Demanda Prevista		Demanda a ser contratada	
Descrição	Quantidade	Descrição	Quantidade
Nobreak 1400VA	575	Dispositivo de Proteção contra Surto (DPS) Pocket	1200

A demanda prevista é a mesma que será contratada, através de aquisição imediata, cujo quantitativo encontra-se definido nos Capítulos III deste Termo de Referência.

**g) Soluções disponíveis no mercado**

A escolha pela solução ocorreu após análise das soluções disponíveis no mercado, conforme relatado a seguir:

A possibilidade de uso de dispositivos contra surto (DPS) para equipamentos de microinformática e de rede aparenta ser uma melhor solução, já que a principal distinção do DPS para o Nobreak é a capacidade deste em manter o computador ligado por poucos minutos após a falta de energia. Todavia, essa distinção (capacidade de manter o equipamentos ligado por alguns período) não é elemento crucial na opção pelo nobreak, especialmente diante do alto custo deste em relação ao DPS, bem como porque a maioria dos sistemas e softwares de escritório é em nuvem, com recursos de salvamento automático.

Além disso, em alinhamento ao COBIT5 (framework de boas práticas de gestão e governança de TI), há um prática de gerenciamento especificamente quanto à busca por alternativas/soluções menos onerosas, conforme segue: *COBIT 5 BAI 09.04 Otimize os custos de ativos - Atividade 2: Avalie os custos de manutenção, considere a razoabilidade e identifique opções de custo mais baixo, incluindo, quando necessário, a substituição por novas alternativas*"; *Atividade 6: Revise o estado geral para identificar oportunidades de alavancar tecnologias emergentes ou estratégias alternativas de suprimento para reduzir custos ou aumentar a relação custo/benefício*".

Em levantamento feito no mercado, não se verificou outro tipo de solução possível tendo em vista a finalidade dos mesmos.

**h) O objeto enquadra-se como aquisição de materiais de consumo.**

**i) A aquisição será exclusiva para ME/EPP, tendo em vista que o valor total dos itens ser menor que R\$ 80.000,00.**

**j) Não haverá parcelamento do item único, desta forma a adjudicação do objeto será realizada a um único fornecedor.**

**k) Informamos que a contratação se dará na modalidade de Pregão, nos termos da Lei 10.520/2002, uma vez que os materiais licitados podem ser enquadrados como bens comuns, nos termos do inciso II do art. 3º do Decreto nº 10.024/2019.**

*Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:*

---

*II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;*

Em virtude da disposição contida no §1º do art. 1º do Decreto nº 10.024/2019, a licitação se dará na modalidade eletrônica:

*Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.*

*§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.*

No que tange à escolha do tipo de licitação, por se tratar de materiais comuns, padronizados e facilmente encontrados no mercado, não resta outra opção a não ser o do tipo MENOR PREÇO.

A contratação será para aquisição imediata e total do objeto.

l) Devido ao fato desta contratação não gerar resíduos sólidos, bem como não prever serviço de obra de grande vulto, não se aplica o estudo de impacto ambiental, sendo necessário apenas no momento do descarte dos materiais.

m) O objeto deve estar em conformidade técnica e legal conforme descrito no Capítulo III deste Termo de Referência.

n) As obrigações contratuais estão descritas nos Capítulos IV a XI deste Termo de Referência .

- Não será criado nenhum tipo de dependência tecnológica entre o TRE-MS e a contratada visto a complexidade baixa do material.

- A descrição de direitos de propriedade intelectual e autorais não se aplica a contratação objeto deste procedimento administrativo.

o) Durante a contratação, serão usados os modelos de praxe do TRE/MS: para requisição de materiais, aceite dos produtos, análises da fiscalização, etc.

#### **EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

**Marcelo Silva de Novaes**

CITIS - Integrante Demandante

**Ramon Pereira Rodrigues**

SGA/CITIS - Integrante Técnico

**Marcos dos Santos Gomes**

SLC - Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI**, Técnico Judiciário, em 02/12/2022, às 09:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1361552** e o código CRC **E6AA3074**.